

Volume

1

ISSN 0104-6551

Série Documental
RELATOS DE PESQUISA
2ª Edição

1

Formação dos Formadores
de Professores

2A

O Mercado de Trabalho para
Professores de 1º e 2º Graus:
a evolução na década de 80

2B

Educação e Transição
Demográfica: população
em idade escolar no Brasil

2C

Educação Ambiental:
experiências e perspectivas

3

Escola, Cidadania
e Profissionalização

4

Estudo do Aluno Universitário
para a Construção de um Projeto
Pedagógico

5

Implicações da Nova Ordem
Econômica Internacional para
os Trabalhadores Docentes
Universitários no Brasil

Estudo do Aluno Universitário para a Construção de um Projeto Pedagógico*

Janice T. Ponte de Sousa (Coordenadora)

Lucídio Bianchetti

Lúcio Tadeu Mota

Virgílio de Almeida

RESUMO

A presente pesquisa teve um caráter institucional e foi realizada com os alunos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, visando apoio aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Os resultados da investigação subsidiaram a mudança do regime de créditos para o regime seriado anual implantado nos anos subseqüentes. Adotou-se a metodologia da pesquisa-ação para que o projeto resultasse do desencadeamento de um processo de ação participativa, como forma mais adequada de garantir o envolvimento de todos os segmentos da Universidade, para uma atuação transformadora fundamentada em dados científicos. As suposições iniciais procuraram levar em conta questões relativas às características socioeconômicas e culturais dos estudantes, que os referenciam como categoria social, hoje, e as mudanças sociohistóricas da instituição, que refletem, diretamente, na sua prática política dentro da Universidade. Num sentido mais abrangente, além de obter subsídios para o planejamento acadêmico, procurou-se compreender, também, através das características e representações dos estudantes da UEM, em que medida o projeto de intervenção política dos estudantes das últimas duas décadas está presente na prática estudantil atual.

INTRODUÇÃO

A compreensão do universitário brasileiro nos conduziu ao estudo da constituição social

dos jovens de nossos dias, cuja participação nas últimas décadas tem negado a aceitação passiva dos valores e condutas das gerações passadas. É por achar que a problemática desses jovens ultrapassa a estreita perspectiva do conflito de gerações que buscamos a Sociologia Crítica, a qual desenvolve a análise do estudante universitário sob a ótica das classes sociais como referência teórico-metodológica da pesquisa.

Partiu-se do pressuposto de que, como indivíduo em formação, o destino do jovem está delimitado por um jogo incerto de fatores, referenciados na unidade familiar, num primeiro momento.

Segundo Foracchi,¹ podemos demarcar duas dimensões básicas que estabelecem os limites da consciência e, ao mesmo tempo, a prática do estudante. A primeira diz respeito a sua constituição enquanto categoria social e ao modo pelo qual está ligada à sociedade inclusiva. A segunda diz respeito aos vínculos que estabelece e que, resultando em relações de dependência com a família, convertem-nos numa unidade ativa de manutenção, marcando os limites da sua emancipação. Na verdade, ambos os níveis marcam sua situação de classe, e, para efeito de análise, coube identificá-los para esclarecermos e definirmos o que, segundo a mesma autora, é a principal variável que conduz o seu comportamento: a classe social a que pertence.

O estudante passa a se definir como categoria social a partir das relações que mantém com o sistema, com fortes vínculos na unidade

* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 4, maio de 1993, como artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa n. 46/89, firmado entre o Inep e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), cuja conclusão deu-se em janeiro de 1992.

¹ A obra clássica de Marialice Foracchi, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, subsidiou a fundamentação teórica da pesquisa, bem como a análise do seu processo e resultados. A revisão da literatura sobre os estudantes e a universidade mostrou claramente que, desde o surgimento desta, os estudantes tiveram papel de destaque.

familiar: vincula-se, parcialmente, à produção social e, ao mesmo tempo, cria relações de dependência no interior da família. Estas relações com o sistema global são parcializadas, dada a condição de transitoriedade em que vivem os jovens. O trabalho apresenta-se como o caminho possível para a sua emancipação, à medida que indica a própria garantia da manutenção de sua condição como estudante, mas, por outro lado, limita as potencialidades da emancipação ao redefinir as suas possibilidades de participação social: “o trabalho emancipa o jovem, alienando o estudante” (Foracchi, 1965, p. 138).

De qualquer modo, o que vai defini-lo enquanto categoria será a amplitude da sua participação social, que se dá de modo diverso: como estudante que trabalha ou como trabalhador que estuda. Na primeira situação, o trabalho significa um setor de atividade que é necessário, porque não pode ser dispensado, mas que tem um caráter contingente. No segundo caso, o principal é o trabalho, e o estudo é uma contingência (idem, *ibidem*, p. 48-50).

O trabalho, para cerca de 50% dos estudantes investigados, como pôde ser comprovado em nossa pesquisa, representa uma condição para mantê-lo como estudante. Segundo a observação de Foracchi, o trabalho nesta situação é a condição necessária para a transformação do jovem em estudante e tem um caráter desintegrador, no sentido de que, com ele, o jovem vai cortando os vínculos de dependência com a família. É nesse processo de envolvimento que os vínculos de dependência vão se transferindo da unidade familiar para o sistema produtivo, desde o momento em que o trabalho se torna necessário para manter o estudante enquanto tal. O mais importante, no entanto, com relação a essa situação, no que diz respeito às relações de manutenção estabelecidas na vida do jovem, é que o “trajeto” do trabalho está apoiado nos caminhos de ascensão da classe social a que ele pertence.

Assim, fomos levados a partilhar da idéia de que a situação de classe é definidora na formação do jovem, levando-o a tornar-se instrumento da classe social a que pertence. Esta incumbe-o, sob os mais diferentes mecanismos, de dar continuidade ou modificar a sua (de sua família) posição no sistema, o que tem relação com

as próprias contradições enfrentadas pela classe média no contexto da sociedade.

É por meio da família que aos jovens são passados os valores e objetivos da classe. Na transformação do jovem em estudante, ela antevê a possibilidade da sua continuidade e manutenção, o que significa dizer que o estudo passa a ser um dos requisitos básicos da ascensão.

Algumas pesquisas apontam que o trabalho tem sido um fator contingente para o estudante nessa fase. O tipo de desenvolvimento industrial e tecnológico que o País viveu nas últimas décadas trouxe, em contrapartida, uma série de conseqüências sociais que refletiram na situação educacional, entre elas, a necessidade de grande parcela da população jovem ingressar precocemente no mercado de trabalho. Milhares de jovens dos segmentos inferior e médio, muitas vezes desde o 2º grau, se envolvem nos diversos setores da economia para completar os rendimentos familiares ou mesmo custear seus estudos. Assalariam-se em empregos, na maioria das vezes, distantes da área pretendida para uma carreira profissional, mas ainda carregam a ideologia de que a universidade é uma condição necessária para um melhor desempenho profissional futuro.

São estes jovens que vamos encontrar, em grande porcentagem, nas universidades públicas e particulares e que não são exceção na UEM – jovens que, além de estudantes são trabalhadores.

Nesse sentido, o projeto do estudante em relação à universidade deve ser buscado na compreensão do projeto que sua própria classe tem em relação a esta instituição.

Na presente investigação, delimitada como estudo de uma unidade de ensino superior com as características de uma universidade regional do interior do Estado do Paraná, procuramos verificar até que ponto estas questões colocadas se reafirmam ou não no presente. O resultado é que a face do estudante que se apresenta é aquela que parece “estar por acontecer”, ou seja, os dados e as representações dos estudantes, através de suas falas, não nos permitem inferir sobre uma prática de rebeldia passada dos anos 60, nos grandes centros do País, mas também não nos autorizam a menosprezar a prática

evidente, na perspectiva de intervenção, no caminho do comodismo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia desenvolvida teve como orientação a necessidade da produção de um conhecimento a respeito dos alunos da UEM e o desencadeamento de ações que pudessem intervir de forma imediata nos assuntos referentes à questão do ensino de graduação por meio e com o envolvimento dos próprios sujeitos da investigação.

Nas discussões e reuniões que precederam a elaboração do projeto, foram se delineando, a partir da análise das necessidades da instituição, os aspectos que mais interessavam para um levantamento da realidade discente da UEM e qual o instrumento mais adequado para atingir a grande maioria deste segmento. Decidiu-se que, para este nível de demanda – da Pró-Reitoria de Ensino –, a coleta dos dados seria feita mediante um questionário aplicado a todos os alunos e com seu envolvimento, desde a elaboração do mesmo.

Em termos de execução, duas questões absorveram a equipe de pesquisa:

- 1) garantir o envolvimento e a efetiva participação de todos os segmentos que compõem a universidade;
- 2) desencadear o processo de construção coletiva do questionário, instrumento escolhido para o levantamento da realidade do aluno da UEM.

Com estas preocupações, passou a ser organizada a equipe central da pesquisa, que procurou se orientar pelo caráter interativo entre pesquisador e pesquisado. Teve-se como orientação básica o pressuposto que parte do sujeito da pesquisa e retorna a ele como ação organizada para interferência na realidade. Obedecendo

à metodologia empregada, a equipe foi estruturada por meio de um Seminário Central,² composto por diferentes representantes da comunidade universitária, articulados para a agilização dos níveis teóricos, técnicos e informativos do processo de investigação: professores, representantes dos departamentos da UEM no Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (Pades); estudantes, um representante de cada curso e um do DCE; funcionários e especialistas das áreas de apoio técnico. A coordenação-geral esteve a cargo da equipe central da pesquisa.

A partir das reuniões desse Seminário Central, o questionário foi elaborado coletivamente. A equipe coordenadora propôs alguns núcleos temáticos, outros foram sugeridos durante as discussões e, por fim, foi atribuído a cada participante o recolhimento de subsídios para o levantamento dos aspectos a serem investigados.

Com a primeira versão do questionário pronta, o passo seguinte foi a sua aplicação como pré-teste, a fim de avaliá-lo como instrumento de pesquisa, tendo sido aplicado a 120 alunos voluntários, evitando-se ingressantes e finalistas. Após a análise do material, partiu-se para a aplicação definitiva do questionário.³

O número de alunos respondentes atingiu 64,10% do total previsto para estar presente no *campus* no dia da aplicação do instrumento. Dos 6.882 alunos matriculados no segundo semestre de 1989, 4.412 responderam ao questionário. A porcentagem de alunos que deixaram em branco ou anularam questões foi insignificante.

A última questão, a de número 106,⁴ dado o seu caráter de questão aberta, mereceu uma atenção especial da equipe, em função do seu objetivo de levantar as manifestações dos alunos que forneciam conteúdos para ações implementáveis a curto e médio prazo, ao mesmo tempo que indicaria questões a respeito da consciência social do estudante e as suas representações sobre temas diversos. Esta questão

² O Seminário foi definido como a espinha dorsal da pesquisa, o seu núcleo centralizador. Sobre o tema, tomou-se como base principalmente René Barbier (1977) e Michel Thiollent (1986).

³ O referido questionário é composto por 105 questões fechadas e uma questão aberta, sendo agrupadas nos seguintes núcleos temáticos: dados pessoais de identificação, moradia, nível socioeconômico, forma de manutenção, vida escolar (antes e depois da Universidade), hábitos culturais, conhecimentos da estrutura da Universidade, experiência e participação política.

⁴ Esta questão solicitava ao aluno que fizesse algum comentário ou emitisse alguma opinião a respeito da Universidade.

cumpriu a intenção inicial de criar um espaço em que a livre manifestação do aluno supriria a lacuna deixada pelo questionário fechado.

Procedeu-se, então, a um trabalho de categorização da fala livre dos alunos, no sentido da sua classificação e apresentação das opiniões, críticas, sugestões e propostas. As 24 categorias que surgiram foram agrupadas em seis núcleos temáticos, quais sejam:

1. percepção sobre a universidade;
2. qualidade do ensino/curso;
3. qualificação e interesse dos docentes;
4. movimentos universitários;
5. infra-estrutura física e organizativa;
6. outras manifestações.⁵

Tabela1 – Comparativo das respostas da questão aberta por curso

Cursos	A	B	C	D	E	F	G	H
Administração	608	372	61,18	171	28,1	46,0	267	1,6
Agronomia	343	284	82,21	175	51,0	61,6	254	1,5
Biologia	207	134	64,73	68	32,9	50,7	94	1,4
Ciência da Computação	70	65	92,85	30	42,9	46,2	89	3,0
Ciências Contábeis	524	282	53,81	133	25,4	47,2	226	1,7
Direito	769	548	71,26	289	37,6	57,7	506	1,8
Economia	461	242	52,49	112	24,3	46,3	165	1,5
Educação Física	262	181	69,08	73	27,9	40,3	117	1,6
Enfermagem	159	72	45,28	21	13,2	29,2	27	1,3
Engenharia Civil	366	244	66,66	137	37,4	56,1	200	1,5
Engenharia Química	247	189	76,51	120	48,6	63,5	258	2,2
Farmácia-Bioquímica	298	235	78,85	139	46,6	59,1	279	2,0
Física	185	59	56,19	20	19,0	33,9	39	2,0
Geografia	241	133	55,18	62	25,7	46,6	98	1,6
História	251	166	66,13	68	27,1	41,0	98	1,4
Letras	490	305	62,24	122	24,9	40,8	211	1,7
Matemática	151	49	32,45	19	12,6	38,8	27	1,4
Medicina	36	16	44,44	15	41,7	93,8	35	2,3
Odontologia	39	31	79,48	14	35,9	45,2	37	2,6
Pedagogia	346	229	66,18	110	31,8	48,0	138	1,3
Psicologia	275	174	63,27	62	22,5	35,6	76	1,2
Química	174	78	44,82	46	26,4	59,0	65	1,4
Tecnólogos em Proc. Dados	173	131	75,72	61	35,3	46,6	92	1,5
Zootecnia	287	193	67,24	112	39,0	58,1	194	1,7
Total	6.882	4.412	64,10	2.179	31,7	49,4	3.602	1,7

Coluna A: Número líquido de matrículas (out./89).

Coluna B: Número de questionários respondidos.

Coluna C: % questionários respondidos sobre os matriculados.

Coluna D: Número de questões abertas respondidas.

Coluna E: % questões abertas respondidas em relação aos matriculados.

Coluna F: % questões abertas respondidas por questionários respondidos.

Coluna G: Número de manifestações levantadas.

Coluna H: Número médio de manifestações da questão aberta.

⁵ Relacionam observações e considerações feitas pelos estudantes sobre a pesquisa em questão, percepção dos alunos sobre si mesmos e outras manifestações que não se enquadram nas categorias anteriores.

Como se pode observar no Tabela 1, que compara o número de respostas do questionário por curso, a tabulação das categorias acima citadas está sistematizada nas respostas da questão aberta, por curso e pelo número de manifestações sobre os temas identificados.

A Tabela 1 mostra que os alunos de cada curso que responderam à questão aberta apresentaram, em sua grande parte, mais de uma manifestação sobre o tema proposto. Mostra também que, apesar de os alunos de alguns cursos se sobressaírem quanto ao número de questionamentos levantados, ponderando-se os resultados, obtém-se uma representatividade grande de questionamentos por curso, se compararmos o número de matriculados X o número respondentes do questionário X resposta à questão aberta.

Do total de alunos que responderam ao questionário, 49% responderam à questão aberta, considerando-se todos os cursos, ou seja, 2.179 alunos gerando 3.602 manifestações, índice considerado significativo para análise de questões.

Feito o agrupamento das categorias e como um primeiro retorno da pesquisa à comunidade universitária, elaborou-se um boletim, distribuído em todo o campus, com as principais questões de caracterização do alunado.

Paralelamente à organização deste boletim, a equipe passou a selecionar, da questão aberta, pontos considerados mais significativos referentes a temas com caráter de solução mais imediata para comporem um *plano de ação*. Desse trabalho saiu a apresentação, inicialmente, ao Seminário Central e, posteriormente, à Administração Central da UEM, de questões relativas ao núcleo temático no qual os alunos se manifestam sobre a infra-estrutura física e organizativa da UEM. Este procedimento integrou a proposta de pesquisa participativa em que, durante o seu processo, vão se produzindo ações práticas.

O segundo *plano de ação*, previsto no projeto, não se constituiu uma proposta, mas um relatório detalhado, entregue à Administração da UEM (Pró-Reitoria de Ensino), tendo em vista subsidiar o planejamento dos diferentes cursos da Instituição que passavam do regime

de créditos para o de seriado anual, em fase de reestruturação.

A divulgação parcial dos dados e análises, durante a investigação, ampliou a oportunidade de discussão (e participação) tanto dos professores quanto dos alunos interessados na formulação do planejamento institucional. Esta iniciativa ocorreu como síntese da pesquisa-ação, cujos resultados serviram de indicações para ações concretas a serem implementadas, quando se mostrou o nível das condições em que vivem, estudam e se relacionam os estudantes da UEM, bem como as suas representações sobre a prática acadêmica.

A pesquisa se constituiu, portanto, de diversas fases, que foram da ação à sistematização de conhecimentos – ação quando da intervenção nos problemas mais imediatos e questões de planejamento –, e produziu conhecimento na análise dos dados qualitativos e quantitativos que buscavam a compreensão mais abrangente do estudante no contexto da vida universitária.

O PERFIL DOS ALUNOS DA UEM

Identificação e dados pessoais

Tomando como base os 4.412 alunos que responderam ao instrumento da pesquisa, pôde-se traçar um perfil dos estudantes. Estes alunos pertenciam aos 24 cursos de graduação oferecidos pela Universidade. As informações mais significativas subsidiaram os projetos pedagógicos dos cursos e foram analisadas conforme interesses e objetivos de cada unidade pedagógica.

Os alunos da UEM, em sua maioria, são mulheres. Dos respondentes, 53% são do sexo feminino e 47%, do sexo masculino. Esta predominância é confirmada em ambos os turnos (diurno e noturno). Na sua maioria são solteiros (84,5%). No geral, a maior concentração em termos de idade do alunado situa-se na faixa dos 21 aos 24 anos, atingindo 41,2%, sendo significativo o índice de 37,65% de alunos com até 20 anos de idade. A faixa de 25 a 30 anos é de 15,20%, a de 31 a 35 anos é de 3,42% e os que têm mais de 35 anos atingem 2,47%. Pode-se observar, também, que é no diurno que predominam os estudantes mais jovens, com até 22

anos de idade, enquanto que no noturno predominam os estudantes com 23 anos ou mais.

Procedência dos alunos

A maioria é paranaense (aproximadamente 80%), sendo que, destes, 25,06% são naturais de Maringá, 26,45% vêm de cidades vizinhas a Maringá, 27,94% são de outras cidades do Estado. Apenas 20,55%, de fora do Paraná. Além do Paraná, o Estado de onde mais provêm alunos é São Paulo (13,73%) e, ainda, tem-se 1% de estrangeiros, na sua maior parte bolivianos e paraguaios.

Verificando-se os dados por turno, aparece uma predominância de nascidos em outras cidades do Paraná no diurno, com 29,79%, enquanto que 24,56% de alunos deste turno não nasceram no Paraná. No noturno, predominam alunos nascidos em cidades vizinhas a Maringá (31,20%), seguidos dos que nasceram em Maringá (30,52%).

Hábitos de estudo

Quanto aos hábitos de estudo, 29,01% dos alunos afirmam que acompanham as aulas apenas ouvindo as exposições do professor. Os demais participam em sala de aula e/ou fazem anotações e questionamentos e revêem a matéria em casa; 17,08% declararam que, além de participarem e fazerem anotações em sala de aula, ainda se preparam para as aulas. O comportamento dos alunos na forma de acompanhar as aulas difere pouco entre aqueles que trabalham e os que não trabalham. Os números revelam que os alunos trabalhadores afirmam ser mais questionadores em sala de aula, enquanto os não-trabalhadores revêem mais a matéria fora da sala de aula.

Já no que se refere à execução dos trabalhos/exercícios sugeridos pelos professores, o comportamento dos alunos trabalhadores e não-trabalhadores, praticamente se equivale. No geral, 56,66% o fazem e 14,91% fazem aqueles trabalhos que interessam mais; 5,46% só fazem aqueles que valem nota.

Dificuldades no estudo/desempenho acadêmico

Com relação ao seu desempenho acadêmico, dois são os fatores mais significativos

apontados pelos alunos como dificuldades pessoais: a falta de tempo para os estudos (33,89%) e a falta de base na formação escolar anterior (31,52%). Os que não trabalham alegam mais a falta de base do que aqueles que trabalham, com relevante diferença porcentual (61,8% e 38,2% respectivamente). Como era de se esperar, os alunos trabalhadores, em comparação com os que apenas estudam, afirmaram que têm pouco tempo para dedicar aos seus estudos e enfrentam mais dificuldades no acompanhamento do curso. Pelos dados gerais, 22,68% são os que afirmam não ter nenhuma dificuldade. As dificuldades aqui apontadas são maiores para estudantes do turno noturno que, geralmente, são os que também trabalham.

Quanto à reprovação em disciplinas, a maioria dos alunos (64,01%) afirma já haver sido reprovada em alguma disciplina, uma ou mais vezes. Observando por turno, constata-se que o diurno tem pior desempenho (67,74% já foram reprovados) que o noturno (57,68% já foram reprovados). Os dados mostram que dos alunos que foram reprovados uma ou mais vezes 51,26% não trabalham, enquanto 48,74% são trabalhadores. Por outro lado, dos que nunca foram reprovados, 49,21% são apenas estudantes e 50,79%, estudantes trabalhadores, o que indica que os alunos trabalhadores são menos reprovados do que aqueles que não trabalham.

Estes alunos estão mais presentes nos cursos noturnos, o que nos leva à indagação sobre: uma possível diferenciação de conteúdos entre cursos noturnos e diurnos; o nível de exigência dos professores com relação ao desempenho dos alunos dos cursos da noite; o perfil deste aluno – por ser trabalhador e assumir mais responsabilidades na vida prática, encara com mais maturidade seus compromissos acadêmicos.

A maioria dos alunos nunca trancou e/ou abandonou o curso que realiza (85,12%), sendo que, entre estes, 47,06% são trabalhadores. Os dados confirmam que a maioria dos alunos que trancam os cursos trabalham (63,26%). Por outro lado, se a maioria dos alunos nunca trancou o curso, é grande o índice daqueles que já cancelaram e/ou abandonaram disciplinas (55,33%) entre alunos trabalhadores ou não. Os motivos para este abandono e/ou cancelamento variam: 10,08% alegam elevada carga horária do

semestre; 9,04% por não se identificarem com os professores; 8,13% por elevado grau de complexidade das disciplinas e 6,09% por incompatibilidade de horário; 12,21% alegam motivos diversos.

Percebe-se, pelos dados, a disposição dos alunos em continuar o seu desenvolvimento acadêmico, pois muitos pretendem fazer curso de especialização na mesma área (38,21%), outros pretendem fazer outro curso superior (21,78%) e 16,59% pretendem fazer curso de mestrado na mesma área. Apenas 20,12% responderam que não pretendem fazer outro(s) curso(s) regular(es). Estes graus de pretensão são maiores para os alunos do diurno.

Dos alunos da UEM, 62,57% não possuem domínio de língua estrangeira, mas 57,38% gostariam de tê-lo; 37,43% dominam completa (2,76%) ou razoavelmente (34,67%) uma ou mais línguas estrangeiras.

Condições de estudo

No que diz respeito à utilização da biblioteca, 4% dos estudantes declararam não a utilizar. O destaque da não utilização da Biblioteca Central (BCE) fica por conta dos cursos do Centro Socioeconômico (7,76%) e, ainda, de alguns cursos de outros centros, como é o caso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas – CCH (5,24%) e Física (5,08%) do Centro de Ciências Exatas (CCE). Em se tratando de frequência regular,⁶ os alunos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde são os maiores freqüentadores da BCE, com 73,71%, seguindo-se de 67,41% dos alunos do Centro de Tecnologia, 60,30% dos alunos do Centro de Ciências Humanas, 54,30% de alunos do Centro de Ciências Exatas e 45,67% do Centro Socioeconômico. A maioria utiliza a biblioteca para estudo em grupo e/ou individual (49,35%).

A maioria dos alunos (73,01%) estuda onde reside, 12,03% na biblioteca e o restante (14,95%) estuda em locais diversos, dentro ou fora da Universidade; 68% afirmaram que possuem local apropriado para os estudos em sua

residência, enquanto 32% não o possuem. Este percentual afirmativo aumenta para os alunos do diurno.

São poucos os alunos que declaram que não estudam fora da sala de aula (2,08%). Em termos gerais, os alunos do diurno afirmam que estudam mais horas por dia e também dedicam maior tempo aos estudos nos fins de semana.

Os dados demonstram que estes últimos são trabalhadores, o que muito provavelmente explica a sua pouca disponibilidade de horas para o estudo durante a semana.

A maioria dos estudantes acompanha total (40%) ou parcialmente (26%) sua turma de ingresso; 34% não a acompanham.

Quanto à forma de acompanhamento das aulas, 29,01% afirmam que apenas ouvem as exposições do professor. Os demais participam em sala de aula e/ou fazem anotações, questionamentos e revêem a matéria em casa; 17,08% declararam que, além de participar, questionar e fazer anotações, ainda se preparam para as aulas. O comportamento dos alunos na forma de acompanhar as aulas difere pouco entre aqueles que trabalham e os que não o fazem.

No que se refere à execução dos trabalhos/exercícios sugeridos pelos professores, o comportamento dos alunos trabalhadores e não-trabalhadores praticamente se equivale. No geral, 56,66% o fazem parcialmente, 20,76% o fazem totalmente e 14,91% fazem aqueles trabalhos que interessam mais; 5,46% só fazem aqueles que valem nota.

A ORIGEM SOCIOECONÔMICA DO ESTUDANTE DA UEM

Um aspecto relevante na caracterização dos alunos da UEM foi sua origem socioeconômica. A esse respeito, o questionário aplicado preocupou-se em levantar dois tipos de informação de caráter econômico:

- 1) o nível ocupacional da família origem (incluindo o nível de escolaridade dos pais);

⁶ Os cursos, cujos alunos mais freqüentam a BCE, são: Psicologia (82,07%), Farmácia e Bioquímica (80,84%) e Agronomia (77,10%).

2) a remuneração do próprio acadêmico, quando este trabalha.

Nível ocupacional da família de origem

O nível ocupacional da família foi determinado pela resposta dos estudantes ao descreverem a ocupação do seu pai ou responsável, a partir da escala de Hutckinson,⁷ que indica sete posições optativas para a classificação do respondente em níveis socioeconômicos, tendo como referência metodológica a profissão dentro de escalas de valores hierarquizados socialmente.

Analisando os dados da Tabela 2, constata-se que, dos 4.371 acadêmicos que responderam à questão sobre o nível ocupacional dos seus pais, 25,30% situam-se no chamado estrato superior, 43,52% no estrato médio e 31,18%, no estrato inferior.

Tabela 2 – Distribuição dos alunos da UEM por nível ocupacional da família de origem (conforme escala de Hutchinson) – Dados gerais

Posições na Escala	Estratos	Frequência	%
1	Superior	93	2,13
2		1.013	23,17
3		1.106	25,30
4		1.194	27,32
5	Médio	708	16,20
6		1.902	43,52
7		542	12,40
		654	14,96
5		167	3,82
6			
7	Inferior	1.363	31,18
Total		4.371	100

Estes dados nos permitem ter uma idéia, à primeira vista, de um certo grau de elitização do ensino na UEM, o que se verifica também em todo o País, sobretudo nas universidades públicas. Todavia, existem cursos que, por suas características, são privilégio de alunos de mais elevado nível socioeconômico, enquanto que outros são freqüentados por alunos de nível socioeconômico mais baixo. Esta constatação surge quando se separam os alunos que freqüentam a Universidade em período diurno, daqueles que a freqüentam em período noturno e quando a análise é feita por área de estudo.

Dos alunos que freqüentam a Universidade em turno diurno, 32,52% são provenientes do estrato superior da sociedade, enquanto dos que a freqüentam em turno noturno apenas 13,22% provêm desse estrato. Verificou-se um equilíbrio para o estrato médio (44,61% diurno e 41,68% noturno), mas aumenta a discrepância no que se refere ao estrato inferior, onde apenas 22,87% dos alunos são do turno diurno, ficando 45,10% dos alunos do noturno pertencentes ao estrato inferior.

Quando procedemos à análise por Centro, ficaram evidenciadas as diferenças entre áreas de ensino⁸ na Universidade: algumas delas possuem cursos que são ministrados apenas em um dos turnos (diurno ou noturno) e outros que têm seus cursos oferecidos tanto no turno diurno quanto no noturno. Aliando este fato às características dos próprios cursos, constatou-se a diferenciação socioeconômica entre cursos.

Os cursos do Centro de Tecnologia, que são freqüentados apenas no período diurno, registram 29,9% de alunos pertencentes ao estrato superior, 47,10% oriundos de estrato médio e 22,99% do inferior. Ou seja, neste Centro predominam

⁷ Este instrumento tem sido aplicado no Brasil desde a década de 50 nos trabalhos de investigação da sociologia empírica e é considerado como um parâmetro sistemático entre os mais aceitáveis no levantamento do aspecto socioeconômico das populações investigadas. A escala é, assim, definida em suas sete posições: 1. Altos cargos políticos e administrativos, proprietários de grandes empresas e assemelhados; 2. Profissionais liberais, cargos de gerência ou direção, proprietários de empresas de tamanho médio; 3. Posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações não-manuais, proprietários de pequenas empresas comerciais, industriais, agropecuárias, etc. 4. Ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas. 5. Supervisão de trabalho não manual e ocupações assemelhadas. 6. Ocupações manuais especializadas e assemelhadas. 7. Ocupações manuais não especializadas. Além disso, as sete posições iniciais são reagrupadas em três estratos: superior, médio e inferior. Compõem o estrato superior as posições 1 e 2, que correspondem aproximadamente o que costuma ser chamado de classe alta e média alta, respectivamente. No estrato médio figuram as categorias 3 e 4 que abrangem todas as demais ocupações de natureza não manual. Por fim, no estrato inferior, são colocadas todas as ocupações manuais, inclusive de supervisão, compreendendo, pois, as posições 5, 6 e 7.

⁸ As áreas são aqui identificadas por Centros de Estudos com a seguinte composição de cursos: – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH): História, Geografia, Letras, Pedagogia e Psicologia; – Centro de Ciências Exatas (CCE): Química, Física e Matemática; – Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CSE): Administração, Economia, Ciências Contábeis e Direito; – Centro de Tecnologia (CTC): Ciências da Computação, Processamento de Dados, Engenharia Civil e Engenharia Química; – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CBS): Enfermagem, Biologia, Medicina, Odontologia, Agronomia, Zootecnia, Educação Física e Farmácia e Bioquímica.

Tabela 3 – Distribuição dos alunos da UEM por nível ocupacional da família de origem (conforme escola de Hutchinson) por Centro de Estudos (%)

Posições na Escala Estrato	CTC	CBS	CSE		CCH		CCE
	Diurno	Diurno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Noturno
1	1,13	3,08	4,41	0,71	1,03	2,31	0,55
2	28,78	30,55	32,43	11,94	25,90	11,55	3,10
SUPERIOR	29,91	33,63	36,84	12,65	26,93	13,86	13,74
3	31,67	31,95	28,52	23,99	25,90	20,79	19,78
4	15,43	14,17	10,87	19,38	18,46	18,98	19,78
MÉDIO	47,10	46,12	39,39	43,37	44,36	39,77	39,56
5	10,61	11,09	10,52	13,24	12,05	16,01	17,58
6	11,25	7,57	10,87	24,59	14,10	22,61	18,68
7	1,13	1,59	2,38	6,15	2,56	7,75	10,44
INFERIOR	22,99	20,25	23,77	43,98	28,71	46,37	46,70
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

alunos provenientes dos estratos médio e superior, em detrimento do inferior. O mesmo pode-se inferir do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que também apresenta apenas turno diurno, com 33,63% de alunos do estrato superior, 46,12% do médio e 20,25% do inferior.

O Centro de Estudos Socioeconômicos oferece seus cursos nos períodos diurno e noturno, e o resultado é que os alunos do diurno provêm em muito maior escala dos estratos médio e superior, sendo que no turno noturno apenas 12,65% pertencem ao estrato superior, enquanto 43,98% vêm do inferior. Conclusão idêntica pode-se tirar do Centro de Ciências Humanas.

Verificamos que no Centro de Ciências Exatas, que oferece seus cursos somente em período noturno, 13,74% têm origem socioeconômica no estrato superior, 39,56%, no estrato médio e 46,70%, no inferior.

A descrição até aqui realizada permitiu concluir que, invariavelmente, os cursos que são

oferecidos em período diurno são freqüentados por alunos, em sua maioria, oriundos das faixas mais privilegiadas da sociedade, enquanto que, inversamente, nos cursos noturnos predominam alunos de camadas mais baixas.

Vale considerar ainda que a determinação dos turnos dos cursos que são oferecidos geralmente é feita em função da área de conhecimentos. Desta forma, os cursos de turno integral pressupõem uma formação mais intensiva no sentido de horas/aula e outras atividades curriculares. Se esta é uma tendência que se confirma, tudo indica que a matrícula dos alunos num determinado curso acompanha esta mesma proposição. Os dados apontam que, do ponto de vista da demanda de alunos por nível socioeconômico, estes se matriculam em determinado curso conforme as condições objetivas que dizem respeito ao aspecto socioeconômico, quais sejam: porque trabalham o dia todo e lhes resta a noite para os estudos ou porque outros cursos talvez exijam preparo e tempo de dedicação que não poderão despendê-lo.

Nível educacional dos pais

Destaca-se, também, o nível educacional dos pais dos alunos, para melhor explicitação da localização da família de origem numa determinada posição social, como um elemento entre os que compõem a caracterização dos alunos da UEM, levando à compreensão da sua origem.

O resultado das respostas constata que, na análise global – diurno, noturno e por Centro – o grau de instrução do pai não é significativamente diferente do da mãe dos alunos e que o grau de escolaridade dos pais concentra-se na 1ª à 4ª série do primeiro grau,⁹ com 47,35% para o pai e 46,74% para a mãe. Seguem-se 15,34% para o pai com grau de instrução da 5ª à 8ª série do primeiro grau e 15,96% para a mãe. Com curso superior completo, os resultados são 11,18% para o pai e 11,07% para a mãe. Este último percentual cai significativamente nos cursos noturnos, bem como se elevam nos cursos diurnos.

O cruzamento do nível socioeconômico com o grau de instrução mostra que pais com maior nível de escolaridade vêm, predominantemente, do estrato social superior, enquanto pais analfabetos situam-se, predominantemente, no estrato inferior.

Há dois extremos na formação desses pais, ou seja, dos pais e mães analfabetos a grande maioria situa-se, como o esperado, no estrato inferior, indicando que há maior quantidade de pais analfabetos do que mães nesse estrato. Isto demonstra o contrário do que ocorre nos estratos médio e superior, onde a escolaridade mais elevada está presente no segmento masculino.

No outro extremo, observa-se que, dos pais com formação universitária, a grande maioria se situa no estrato superior, predominando o pai em relação à mãe; já no estrato médio, as mães que possuem curso superior, são em maior percentual que os pais.

Exercício de atividades remuneradas pelos alunos

Através de uma das questões que remetiam ao nível socioeconômico, foi perguntado aos alunos da UEM se exerciam alguma atividade

remunerada. Os dados, em forma de percentual, estão na Tabela 4, para o total da Universidade, por turno e por Centro.

Em nível global, 49,68% dos alunos da UEM não exercem atividade profissional remunerada; 0,83% recebe algum tipo de pensão; 8,68% são estagiários remunerados sem vínculo empregatício; e 40,81% exercem algum tipo de atividade profissional remunerada. Este último percentual cai para 19,45% dos alunos no turno diurno e aumenta para 76,97% no turno noturno.

Já os alunos que não trabalham aumentam dos 49,68%, acima citados, para 69,81%, em se tratando de turno diurno, e caem para 15,57%, no caso do noturno. Esta mesma tendência é observada quando se analisam os dados por Centro, ou seja: os cursos de turno diurno são freqüentados por alunos que, em sua maioria, não trabalham, enquanto os cursos de turno noturno são freqüentados, predominantemente, por alunos que trabalham, chegando este percentual a 80,02%, como é o caso do Centro Socioeconômico noturno.

Estes dados são compatíveis com os verificados na análise da origem socioeconômica, ou seja, os alunos que freqüentam os cursos noturnos são, em sua maioria, oriundos das classes menos favorecidas e exercem alguma atividade profissional remunerada. Ao contrário, em sua maioria, os alunos do turno diurno têm suas origens nos estratos sociais superiores, não exercendo atividade profissional remunerada.

Quanto à principal fonte de manutenção dos estudantes da UEM, a Tabela 5 revela que, em nível global, 47,86% se mantêm apenas com rendimentos da família, enquanto que 32,75% se mantêm apenas com o próprio salário. Em se tratando de análise diurno-noturno, este último percentual cai para 12,73% no diurno e sobe para 66,32% no noturno. Da mesma forma, a análise por centros mostra o mesmo comportamento, sendo que, para os alunos dos cursos diurnos, predominam aqueles que se mantêm na Universidade apenas com o rendimento da família. Também estes dados são compatíveis com a origem socioeconômica.

⁹ Em dado momento, 1ª a 4ª série correspondia ao curso primário.

Tabela 4 – Exercício de atividade profissional remunerada (%)

Situação	Total	UEM		CTC	CBS	CSE		CCH		CCE
		Diurno	Noturno	Diurno	Diurno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Noturno
Não exerce atividade remunerada (*)	49,68	69,81	15,57	75,86	77,08	53,88	10,45	62,47	17,90	30,64
Recebe algum tipo de pensão	0,03	1,19	0,24	0,63	1,39	1,00	0,11	1,77	0,48	0,00
É estagiário remunerado sem vínculo empregatício	8,68	9,55	7,22	11,76	8,02	13,44	9,42	4,56	3,09	10,92
Exerce alguma atividade profissional remunerada (**)	40,81	19,45	76,97	11,75	13,51	31,68	80,02	31,20	78,53	58,44
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

* Acadêmicos que não trabalham; não trabalham mas estão procurando emprego; estagiários sem remuneração; trabalham para terceiros ou para a família sem remuneração.

** Acadêmicos que trabalham com vínculo empregatício; que trabalham para terceiros sem vínculo empregatício; autônomos.

Tabela 5 – Principal fonte de manutenção na Universidade

Principal Fonte de Manutenção	Total	UEM		CTC	CBS	CSE		CCH		CCE
		Diurno	Noturno	Diurno	Diurno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Noturno
Apenas rendimento da família	47,86	68,30	13,59	75,83	74,95	52,26	10,12	61,42	14,51	26,23
Com o próprio salário + rendimento da família	13,39	11,93	15,83	9,69	10,38	16,93	14,60	12,69	18,59	13,11
Apenas com o próprio salário	32,75	12,73	66,32	8,26	7,06	24,36	71,61	18,78	62,64	55,19
Outras situações*	6,00	7,04	4,26	6,22	7,61	6,45	3,67	7,11	4,26	5,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

* Bolsas de estudos, rendimentos diversos (poupança, aluguel etc.).

Como mostra a Tabela 6, a faixa salarial predominante entre os alunos é de um a três salários mínimos, com 53,76% para o global da UEM, mantendo-se em torno deste percentual quando a análise é por turno ou por Centro. O índice seguinte é o relativo à faixa de mais de três a cinco salários mínimos com 20,53% para o global, 15,26% para o turno diurno, e 23,65% para o noturno. A faixa mais alta de salários dos alunos, acima de sete salários mínimos, apresenta um percentual de apenas 8,30% para o global, chegando a um máximo de 13,98% para o CSE noturno.

Na mesma tabela, os alunos dos cursos noturnos são melhor remunerados que os alunos dos cursos diurnos, ou seja, predomina um

maior percentual de alunos do noturno nas faixas salariais mais elevadas e um maior percentual de alunos do diurno nas faixas salariais mais baixas. Este dado deve ser explicitado pelo mais elevado grau de profissionalização dos alunos do noturno e, também, pela sua maior necessidade de suprir a própria manutenção.

Como pode ser observado, onde estão cruzados a origem socioeconômica e o exercício da atividade profissional remunerada (Tabela 7), a maioria desses alunos que exercem estas atividades vem dos estratos médio e inferior (41,42% e 41,27%, respectivamente). Dos alunos que não trabalham, a maior parte pertence aos estratos médio (45,54%) e superior (33,06%).

Tabela 6 – Nível de remuneração dos acadêmicos que trabalham (%)

Nível de Remuneração (SM)	Total	UEM		CTC	CBS	CSE		CCH		CEE
		Diurno	Noturno	Diurno	Diurno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Noturno
Menos de 1	10,11	21,86	3,17	24,17	38,04	8,06	1,72	17,02	4,96	4,76
De 1 a 3	53,76	50,92	55,44	48,99	40,39	53,48	45,38	68,09	68,85	61,11
De 3 a 5	20,53	15,26	23,65	13,42	13,33	20,51	27,70	9,93	18,45	20,63
De 5 a 7	7,30	5,37	8,44	6,71	3,53	7,69	11,22	2,84	4,37	7,94
Acima de 7	8,30	6,59	9,30	6,71	4,71	10,26	13,98	2,12	3,37	5,56
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 7 – Origem socioeconômica do aluno da UEM x atividade remunerada (%)

Estrato	Exercício de Atividade Profissional Remunerada		Recebe Algum Tipo de Pensão
	Não*	Sim**	
Superior	33,06	17,31	41,18
Médio	45,54	41,42	50,00
Inferior	21,40	41,27	8,82
Total	100,00	100,00	100,00

* Alunos que: não trabalham; estão procurando trabalho, são estagiários sem remuneração; trabalham para terceiros sem remuneração; trabalham com a família sem remuneração.

** Alunos que: são estagiários remunerados sem vínculo empregatício; trabalham com vínculo empregatício; trabalham para terceiros sem vínculo empregatício; trabalham por conta própria (autônomos).

AS REPRESENTAÇÕES E CONDIÇÕES DE VIDA

As manifestações livres dos estudantes reconhecem o papel de importância que a Universidade tem e demonstram preocupação com relação às suas dificuldades e o futuro. Embora muitos dos estudantes restrinjam as suas opiniões nas especificidades do cotidiano acadêmico, outros, e diríamos a grande parte dos respondentes da pesquisa, demonstram que têm uma consciência ampla de que tanto as questões internas quanto as questões “externas” à Universidade precisam ser modificadas para que a universidade pública tenha um futuro.

Ao abordarem a questão dos recursos e a forma como os diferentes cursos têm se desenvolvido, a falta de direção para o cumprimento de metas estabelecidas, o corporativismo, a necessidade de um maior equilíbrio na rebeldia, no movimento docente contra o governo do Estado, a necessidade de os governos estadual e federal tomarem para si a responsabilidade que lhes cabe com relação à educação dos brasileiros, demonstram que o seu entendimento não se restringe às questões específicas, mas sim às relações mais amplas que a envolvem.

A visão crítica demonstrada sobre a Universidade toma duas dimensões: percebem o desca-so dos órgãos governamentais para com a educação universitária e, também, que a necessidade de autonomia não elimina a necessidade de uma administração interna responsável e competente.

Podemos afirmar que o estudante da UEM é um inconformado que não demonstra a rebeldia suficiente para interferir nas condições estruturais da Universidade. Com exceção de movimentos localizados em alguns cursos, onde as reivindicações se restringem a bandeiras específicas por melhores condições de ensino em determinadas disciplinas, melhores equipamentos, instalações físicas para exercício pedagógico, etc., o movimento estudantil conta com a participação restrita do estudantado que tem demonstrado se envolver nas “lutas” muito em função das condições subjetivas de socialização universitária entre os seus pares.

Na expressão da sua rebeldia, os acadêmicos deixam a representação de que estão

desassistidos, que os professores e a própria instituição desempenham a sua prática acadêmica, apesar dos estudantes. Os estudantes têm a clareza do espaço limitado que ocupam na preocupação da Universidade em si, se autovalorizam e não percebem a causalidade de todo este estado que está “diluído” na prática universitária dos anos 70 para cá.

Talvez por não compreenderem a impessoalidade que envolve as relações dentro da academia e o distanciamento entre as categorias que a reforma universitária impôs com a sua “nova” concepção de ensino superior, os estudantes insistem na questão de que devem ser o “centro” dos interesses universitários.

Grande parte dos estudantes entra na vida universitária com uma visão utilitarista e imediatista sobre o ensino, ou seja, eles reconhecem nela uma instituição social que presta serviços à sociedade e que, por obrigação, deve se oferecer com a melhor qualidade possível. Os meios de comunicação proporcionam, hoje, o nível de informação sobre o desenvolvimento técnico-científico o suficiente para criar uma expectativa de apropriação desse conhecimento. No caso, a Universidade ainda é para eles, hoje, um dos meios para tal.

Mas há os mais otimistas, entre os alunos, que vêem a Universidade dentro de um processo que ainda está sendo estruturado porque a entendem como algo inacabado, algo por ser feito. Exatamente por compreenderem-na nesta dimensão, estão de certa forma satisfeitos com o que ela oferece (a recíproca não se aplica como verdadeira: os insatisfeitos não têm visão de processo). A universidade para estes estudantes exerce uma influência de vida muito grande, dá-lhes oportunidade de ascensão social e é vista como elemento fundamental para a elaboração da maturidade individual e coletiva.

A forma histórica da Universidade hoje é, porém, um dos determinantes da consciência social dos jovens que nela estão presentes. Devemos considerar, porém, outros. Os dados obtidos sobre a origem socioeconômica do estudante da UEM demonstram que a predominância do segmento social médio e inferior da população no ensino superior parece, à primeira vista, não se distanciar da realidade das universidades

públicas brasileiras. Uma certa elitização está presente apenas quando se localizaram determinados cursos que, por suas características, são privilégio de alunos de maior nível socioeconômico.

A presença dos segmentos médio e inferior nos indicam que a Universidade não é tão elitizada quanto o foi no passado, cuja representação tem servido ideologicamente para desvalorizar o seu caráter público. Acompanha o nível socioeconômico a condição de os estudantes serem ou não trabalhadores; ou seja, como se esperava, a maioria dos alunos que trabalham estuda à noite.

Nossos alunos já compõem o quadro em que a maioria da população brasileira está inserido: 83,5% dos cidadãos ganham até cinco salários mínimos,¹⁰ pois a maioria dos estudantes trabalhadores da Universidade Estadual de Maringá se enquadra entre os 53,7% que ganham de um a três salários mínimos.

Nossos alunos de origem média não provêm da escola particular, mas, pelo contrário, a sua maioria vem da escola pública desde o 2º grau escolar. Considerá-los como segmento privilegiado da sociedade é ignorar que eles estão exercendo o direito de sua cidadania que lhes confere, compulsoriamente, a obrigação de pagar impostos e o direito civil de obter alguma contrapartida da sociedade da qual participam ativamente.

Consideramos que o fato de o segmento econômico da classe média estar bastante presente nas nossas instituições de ensino superior não indica o seu nível de elitização, dado que a inserção dos indivíduos no sistema produtivo, cerrando fileiras, portanto, com os demais assalariados, torna a escola pública um requisito para que estes exerçam a sua condição de cidadãos.

No caso da UEM, a gratuidade tem se colocado como um elemento que permite a menor exclusão dos indivíduos ao ensino superior e impede que a discriminação que existe na sociedade mais ampla se reproduza na Universidade. No seu aspecto mais imediato, no plano

econômico, as instituições de ensino superior do Paraná, portanto, estão materializando a garantia do acesso de todos ao ensino superior, sem desconhecer o fato de que a reduzida parcela de alunos que chegam à Universidade já passou por inúmeros outros processos seletivos.

Nos dados e nas representações dos alunos evidenciou-se também uma expectativa de mobilidade social no sentido de compensação/superação da baixa escolaridade dos pais dos estudantes, com a aquisição, pelos filhos, do grau superior do ensino. Vê-se reproduzida aqui, com extensão para os assalariados em geral, as expectativas que Foracchi (1965) diz estarem presentes no imaginário da classe média, que as vê realizadas através dos seus filhos.

E mais: o estudante, diante da necessidade de manutenção, tem que priorizar o trabalho, mesmo que em muitos casos não esteja ligado à atuação de sua área de formação profissional.

Sem dúvida, isto influencia o perfil do aluno da UEM, sendo um dos determinantes da falta de participação política. Mas essa condição parece não ser suficiente para explicar a falta de envolvimento político-organizativo do estudante, pois, do contrário, seria verdadeiro afirmar que o movimento estudantil teria garantias de mobilização pelos estudantes não-trabalhadores.

Mudanças culturais profundas, colocadas pelos novos parâmetros de mobilidade social, se colocaram também nos últimos anos para a sociedade brasileira, e pode decorrer, daí, o baixo índice de participação no movimento.

Aos aparelhos socializadores que desestimulam a formação mais crítica dos jovens juntam-se outros fatores, tais como: o controle ideológico das instituições, a ambigüidade e tensão das práticas políticas de esquerda, o desmantelamento dos partidos políticos revolucionários, o corporativismo excessivo da categoria estudantil como forma de preservação de benefícios já conquistados no passado, o descaso do Estado para com o ensino público a partir dos anos 70, etc.

¹⁰ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 1989), realizada pelo IBGE, segundo o *Folha de S. Paulo*, de 29 de agosto de 1991.

Por outro lado, através da metodologia da participação durante diferentes momentos da pesquisa, pudemos avaliar melhor o conteúdo e sentido da disposição para o engajamento estudantil. Ao entrarem no projeto através da sua representação política mais ampla, o DCE, os estudantes acompanharam com espontaneidade o processo, evidenciando, nos militantes das entidades, interesse e constância em participar da investigação.

A experiência da militância, portanto, foi um elemento importante que demarcou a presença do alunado na pesquisa. Quanto a este aspecto, vale lembrar a questão da transitoriedade da ação do estudante na Universidade, que pode determinar o limite do seu empenho em processos institucionais de natureza acadêmica. Ou seja, ainda o engajamento político é a referência para a participação.

Consideramos que, dadas as condições históricas em que se encontra o Movimento Estudantil (ME), as características regionais fazem com que ele se objetive de modo fragmentado, desorientado, sem referência teórica na sua direção. Por outro lado, mesmo assim, a prática de participação, delimitada mais em torno de uma vanguarda, ainda é indicadora da possibilidade que os jovens têm da sua compreensão como categoria social, o que potencialmente pode conduzir a ações que propõem intervenções e ultrapassem a transitoriedade da permanência deles na Universidade. A nosso ver, foram estas as motivações facilitadoras do engajamento militante do ME na presente investigação e elemento explicativo da ação estudantil no sentido mais ampliado.

Ontem, o limite da condição pequeno-burguesa foi determinante da radicalidade estudantil nos idos do ME da década de 60, quando existiam propostas de lutas contra a reforma universitária, concretizada na Lei nº 5.540/68, em defesa da escola pública, contra o autoritarismo da cátedra... Hoje, esta força, que não chega ao seu limite de classe, poderá chegar naquilo que tem em vista de modo mais imediato o limite da sua formação profissional.

Nesse aspecto, fica claro que a organização política dos estudantes dentro da Universidade é um elemento forte que medeia a compreensão

dos processos internos e o encaminha para a ação, embora sejam o resultado possível das mudanças socioculturais vividas pela categoria nestes últimos anos.

O projeto político estudantil do passado recente não está mais presente nos movimentos de hoje, ressentindo-se mais ainda do fato de a universidade norte-paranaense representar uma inserção periférica no processo educacional brasileiro.

CONCLUSÕES

O cenário onde se relacionam os estudantes investigados neste trabalho tem como base histórica a criação da UEM, sob a perspectiva da interiorização do ensino superior inspirada na reforma universitária. A manutenção desta filosofia gerou uma constante instabilidade na obtenção de recursos financeiros do Estado, insuficientes para a manutenção institucional e gerando dependência econômico-política de setores privados.

Apesar de os jovens estarem presentes nos momentos de maior mobilização universitária na UEM, questionando os produtos culturais dos quais foram contemporâneos, sofreram com os descaminhos de um ensino público desvalorizado, que só tem se viabilizado pelo idealismo de alunos e professores ou pela influência circunstancial dos que acreditam na necessidade da universidade pública.

O lado conformista desse processo nos impõe conviver com uma prática que procura consolidar uma relação burocrática e superficial entre alunos, professores e funcionários das universidades públicas, distanciada da elaboração conjunta de um projeto pedagógico crítico. Nesta perspectiva, o aluno, longe de ser o centro da preocupação do ensino, é geralmente excluído como agente atuante nas condições concretas da vida universitária, com exceção de momentos de engajamento discente e docente em projetos que procurem desenvolver a crítica destas condições.

De modo geral, a pesquisa mostrou que o estudante universitário da UEM vive as contradições impostas por um sistema de ensino superior que seguiu, após a reforma universitária de 1968, seus objetivos de uma redefinição do perfil do

estudante brasileiro. Veio para excluí-lo como sujeito, e criou, nos seus resultados, consciências tão contraditórias quanto a própria realidade.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, estas questões se evidenciaram e foram apontadas com a intenção de encaminhar a sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, René. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BAUZER, Riva. Juventude em crise de identidade. *Educação*, Brasília, v. 2, n. 5, p. 42-54, abr./jun. 1972.

BORDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARDOSO, Irene A. R. A reforma universitária e a Universidade de São Paulo. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 119-126, maio 1979.

CESAR, Constança Marcondes. Universidade e mudança. *Reflexão*, Campinas, v. 12, n. 3, p. 116-118, jan./abr. 1987.

COELHO, P. R. A função da universidade em questão. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 65-80, jul./dez. 1988.

CUNHA, Luiz A. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DEMOCRATIZAÇÃO da gestão universitária (mesa-redonda). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 68, n. 158, p. 165-94, jan./abr. 1987.

DURHAM, E. R. A crise da democracia na universidade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 54-57, jan./ago. 1984.

ESPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1986.

O ESTUDANTE na política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1980. Folhetim, n. 99, p. 2-15.

FÁVERO, M. de Lourdes A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

HIRANO, Sedi (Org.). *Pesquisa social, projeto e planejamento*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MANDEL, Ernest. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto, 1979.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1978. p. 91-97.

MARTINS, Carlos B. O novo ensino superior privado no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 70, n. 165, p. 159-188, maio/ago. 1989.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.

MORAIS, Regis. *Entre a educação e a barbárie*. Campinas: Papyrus, 1982.

NOVINSKY, Anita W. Estudantes brasileiros "afrancesados" da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes e Silva (1779-1806). In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp: Nova Stella: CNPq, 1990.

NUNES, R. Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. São Paulo: EPU: Edusp, 1979.

SANFELICE, José Luiz. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64 (início da década de 60: a presença da UNE nos

- acontecimentos políticos. Parte 1). *Reflexão*, Campinas, v. 10, n. 31, p. 146-167, jan./abr. 1985.
- SANFELICE, José Luiz. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64 (início da década de 60: a presença da UNE nos acontecimentos políticos. Parte 2). *Reflexão*, Campinas, v. 10, n. 32, p. 119-133, maio/ago. 1985.
- _____. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe 64 – conclusão (a UNE e a esquerda). *Reflexão*, Campinas, v. 10, n. 33, p. 130-149, set./dez. 1985.
- SELLTZ, C. et al. *Metodologia de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder, Edusp, 1972.
- THIOLLENT, Michel. A captação da informação nos dispositivos de pesquisa social: problemas de distorção e relevância. *Cadernos Ceru*, São Paulo, n. 16, p. 81-105, 1981.
- _____. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa, com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 49, p. 45-50, maio 1984.
- THIOLLENT, Michel. Investigación-ación. *Chasqui*, Equador, n. 1, p. 76-78, 1981.
- _____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. *Pesquisa-ação: aspectos de sua diversidade*. Mimeografado. Texto apresentado no 14º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, organizado pelo Ceru, São Paulo, 12 a 15 de maio de 1987.
- _____. Problemas de metodologia. In: FLEURY, A. C.; VARGAS, N. (Org.). *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1983. p. 54-83.
- TRINDADE, Helgio. Universidade e contestação estudantil na sociedade francesa (1968-1986). *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 1988.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *1968-ME e crise na política brasileira*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1991. (Coleção Primeira versão, 32).
- XAVIER, M. Elizabete S. P. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1980.